

## APONTAR PARA O MUNDO OU APONTAR PARA SI? (RE)VISITAR O LUGAR DA REFERÊNCIA/REFERENCIAÇÃO NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM\*

Marcos Alberto Xavier Barros (UECE)\*\*

m\_albertoxb@hotmail.com

Maria Helenice Araújo Costa (UECE)\*\*\*

mariahelenicearaujo@gmail.com

### Introdução

Há, nos estudos concernentes à linguagem, lugar de destaque para uma tradição que a coloca como instrumento de ligação entre a mente e o mundo, suposta uma relação de transparência. O próprio pensamento primitivo é considerado baseado no poder de a mente conseguir conformar – o pensamento age sobre – a realidade, sendo que os objetos são uma espécie de réplica do pensamento. A modernidade rechaçou, quase que totalmente, essa “construção mental” do mundo, visto que este passou a conformar o pensamento, a agir sobre ele. Nesse caso, é o pensamento uma réplica do mundo, ou seja, a crença no poder ilimitado dos objetos.<sup>1</sup>

Já Platão tratava das questões do que chamava discurso, da relação entre as palavras e as coisas do domínio do real, que são tratadas no plano do Ideal. Isso implica uma visão essencialista, já que a palavra tinha uma função fundamental de buscar a verdade. Em Aristóteles, encontramos uma teoria de base empirista, em que a essência dos nomes tivesse fundamento na percepção, visão universalista da essência das coisas.

Marcuschi (2007), a respeito da “coisificação”, chega a se perguntar “como é que uma coisa chega a ser *uma* coisa do modo como nós a apreendemos?” (p. 82). Essa discussão já nos coloca à prova a tradição objetivista de ligação direta entre pensamento e mundo. A cognição aqui não é mero depósito do mundo fenomênico, nem a própria realidade é um dado pronto e acabado de ação cognitiva, sem quaisquer restrições outras, por exemplo, do nível do social.

Essa discussão já nos conduz, de fato, à consideração de que, se vemos um dado objeto do mundo como tal, ele é perpassado de tensões sociais diversas na língua, desde o seu processo de nomeação até as diferentes formas de uso que os sujeitos utilizam durante todo o processo de interação.

Se, por um lado, o conhecimento e todo o processo de reconhecimento do mundo é construído por meio de nossos processos cognitivos, estes não são, sobremaneira, “nossos”, mas dialogam entre si, por meio da palavra (Bakhtin, 2006). Assim, a visão de linguagem como meio de conseguirmos a ligação mental com o mundo – que atravessou a filosofia (lembramos que as discussões sobre linguagem começam no campo filosófico) – vai recebendo fortes críticas de uma visão que carimba uma filosofia da linguagem. O referente, a

---

\* Trabalho resultante da Disciplina *Estudos do Texto*, ministrada pela professora Dra. Maria Helenice Araújo Costa, no Curso Pós Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

\*\* Mestrando em Linguística Aplicada pelo Curso de Pós Graduação em Linguística Aplicada (Pós-LA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

\*\*\* Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC); professora/pesquisadora da Universidade Estadual do Ceará – Letras / PosLA – Universidade Estadual do Ceará (UECE).

<sup>1</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre a representação no pensamento primitivo e no moderno, cf. Moscovici (2009), das páginas 29 a 42.

coisa, mentalmente vinda à luz por uma epifania estonteante, vai, aos poucos, ressignificando-se, tomando novo fôlego.

## 1. O referente como coisa do mundo e a consideração da frase extensional

Em seu projeto da referência, Frege coloca a noção de referência como uma atitude de acesso ao mundo, por meio da linguagem. É com Frege que se tem o início do que se chamou virada linguística na filosofia. É somente por meio dos sentidos, que são os diferentes modos de apontar para o mundo, que chegamos às condições veritativas do próprio mundo.

Na verdade, o que move a questão da referência é a busca pelo significado. Para o pensamento fregeano, um nome próprio terá, obrigatoriamente, um sentido e uma referência. Por exemplo, *Fortaleza* e *a capital do Estado do Ceará* são dois modos de chegarmos ao objeto-cidade “Fortaleza”. Aqui observamos a clara noção de que o significado está no mundo. Uma sentença como “Fortaleza é a capital do Ceará” deve conter um sentido e uma referência, a ligação, aqui, é um apontamento direto para o mundo, por meio do sentido.

Desde a filosofia clássica, ainda com Platão, no *Crátilo*, podíamos ver uma preocupação acerca da relação entre pensamento, linguagem e mundo. O papel que a linguagem exercia era de mera ponte entre a realidade e o mundo. A ideia de “presentificação” ou a “metafísica da presença”, em relação à tese do representacionalismo, é defendida por Derrida (ver discussão em RAJAGOPALAN, 2003). Nessa linha de raciocínio, Rajagopalan nos alerta para o fato de que, para o representacionalismo,

[O] ideal mesmo seria que o mundo pudesse mostrar (apresentar) sua face sem intermediação da linguagem e que as mentes humanas pudessem comunicar-se entre si sem ter que recorrer ao uso da língua – uma ferramenta, afinal, tão imperfeita! Por mais paradoxal que pareçam, as nossas teorias da linguagem, erguidas em sua grande maioria, sobre a tese do representacionalismo, são, no fundo, desejos inconfessos de superar ou transcender a própria linguagem, como, por exemplo, por meio da *telepatia* (cf. RAJAGOPALAN, 1996b). (2003, p. 31)

Talvez seja mesmo este o desejo que se tem na lógica representacionista: superar a linguagem e ligar a cognição diretamente ao mundo! Assim, temos a consideração de que a linguagem seria mais um adorno do que, propriamente, o modo vivo que temos de interagir no / com o mundo.

O ideal de referência “mundana”, atrelado às condições de verdade do mundo (a partir do que se cria poder descrever o mundo com objetividade), é uma tentativa, como vemos em Rajagopalan (2003), de transparecer a relação de nossas mentes com o mundo, como se este se fosse revelar para nós. Ora, sabemos que esta visão de mundo, que também é uma visão de língua, está longe de levar em consideração os embates que se travam na linguagem, pois os sujeitos dessa relação, sob a ótica da comunicação clássica, passam a se comunicar com o propósito de, mecanicamente, passar um conhecimento de uma mente para outra, sem quaisquer problemas na interação, sem quaisquer conflitos.

Na visão objetivista de mundo, o sujeito é tido como racional, pois possui um dispositivo que lhe é crucial para existir, num mundo onde a ignorância é o grande vilão que pretende derrotar: a Razão. O ser cognoscente, centrado, é um ser, por assim dizer, a-histórico, sem relação com a continuidade do processo político e das relações de poder.

É somente depois da virada pragmática na filosofia que passamos a enxergar a referência como uma atividade discursiva, processo sociocognitivo. Como chega a afirmar Koch (2004):

[D]e conformidade com Mondada & Dubois (1995) e Apothéloz & Reichler-Béguelin (1995), passa-se a postular que a referência é sobretudo um problema que diz respeito às operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve; e que o discurso *constrói* os “objetos” a que faz remissão (“objetos-de-discurso”), ao mesmo tempo que é tributário dessa construção. (na introdução, xv)

Nesse caso, a noção de referência passa a ser tida como processo de referencialização, em que os objetos são construídos por estratégias dos sujeitos da interação, numa construção dialógica. A referência, prioritariamente do campo da filosofia, passa, então, a preocupar outras áreas do saber científico, como a psicologia e a linguística.

## 2. Os referentes na Linguística Textual: análise interfrástica e as gramáticas de texto

De meados dos anos 60 a meados dos 70, a Linguística Textual se desenvolverá na construção de seu objeto: o texto. A análise consistiria nas relações, estritamente gramaticais, entre referentes e palavras que dessem a noção de continuidade frasal. É o momento das análises interfrásticas, em que se estuda no nível da frase. Os principais fenômenos textuais a serem analisados eram a co-referência, a seleção dos artigos, a concordância dos tempos verbais, a pronominalização (KOCH, 2004).

O texto, nesse ínterim, era considerado como uma frase complexa, ou uma cadeia de frases, que trabalhavam em sequência para a construção dos fenômenos textuais, de sua compreensão, relacionando-se, principalmente, a coesão e a coerência. Um período do tipo *Mariana chegou atrasada à aula de Linguística de Texto. Ela pegara um baita de um trânsito.* era analisado pela relação co-referencial entre os termos “Mariana” e “ela”, e pela relação entre os tempos verbais “chegou” e “pegara”, o que construía textualmente a continuidade referencial e a relação entre pretérito perfeito / pretérito mais-que-perfeito.

Entretanto, outros fenômenos ficavam, por assim dizer, esquecidos, ou negligenciados, como é o caso, por exemplo, das anáforas do tipo associativo: *Havia muita gente na fazenda naquela tarde, mas ninguém viu as águas do riacho.* Ora, não há relação gramatical da materialidade linguística (como muitos “gramatiquinhos” talvez dissessem) entre “águas de riacho” e qualquer outro termo da oração. Fica, entretanto, compreensível que a relação referencial se dá com a noção de “fazenda”. Fenômenos como esse não encontrariam explicação na lógica dos estudos interfrásticos, já que fora dos meros domínios gramaticais, ou coesivos, ou coerentes (ou há uma coesão ou uma coerência, mas não nos limites dessa superfície de texto, mas, sim, no contexto mais macro do enunciado).

O outro momento da Linguística Textual é o das gramáticas de texto. De base gerativista, a partir dos estudos chomskianos, o texto passou a ser a unidade linguística por excelência, o que levou os estudos para além da frase. As gramáticas de texto teriam as seguintes preocupações: condições de textualidade; critérios para a delimitação de textos; diferenciação de várias espécies de texto (KOCH, 2004).

Nesse tocante, os teóricos de texto postulam uma espécie de competência textual, à la competência linguística de Chomsky. Por essa competência, todo falante teria a capacidade de resenhar, resumir, parafrasear qualquer texto; definir um título para ele; produzir um texto a partir de um dado título.

Percebemos que, agora, os estudos partem da análise do macro para chegar ao micro. Parte-se, portanto, do Texto para a Frase. Nas palavras de Bentes (2007), os principais representantes desse momento (Lang, 1971, 1972; Dressler, 1972, 1977; Dijk, 1972, 1973; e Petöfi, 1972, 1973) “possuem alguns postulados em comum”, tais como não haver “*uma*

*continuidade entre frase e texto*"; o texto ser "*a unidade linguística mais elevada*"; "*todo falante nativo [possuir] um conhecimento acerca do que seja um texto*" (BENTES, 2007, p. 249-250, grifos da autora).

Ainda como aponta a autora, o projeto dessas gramáticas textuais, ainda que ambicioso, não conseguiu dar conta de todos os fenômenos textuais, além do trabalho demasiado no texto em si. Os estudiosos passaram a elaborar uma teoria do texto, em vez de simplesmente elaborarem regras que dessem conta de todos os fenômenos textuais em quaisquer línguas.

Os referentes, nas gramáticas de texto, têm a ver com a organização macrotextual, enquanto nas análises interfrásticas os referentes são bem mais localizáveis, bem mais co-referências, no sentido estrito do termo. Em abordagens mais recentes, vemos um exaustivo empenho nas expressões referenciais e sua relação com o cotexto e o contexto (ver, por exemplo, o trabalho de CAVALCANTE, 2003).

### **3. A construção dos objetos-de-discurso: o processo de referenciação**

Durante muito tempo, o pensamento reinante dentro da filosofia e, depois, para algumas áreas de dentro da linguística, foi o de que o referente poderia ser facilmente identificado no mundo. A ideia de que a linguagem, enquanto semiose de representação direta do mundo para nossa mente, traria valores de verdade sobre o mundo também foi de esmagador consenso nos estudos da referência.

No dizer de Blikstein (2003), a realidade nasce de um conjunto de estereótipos, é construída por nossa percepção cultural. O referente textual é, por esse ponto de vista, construído sociocognitivo-discursivamente, por meio das conceptualizações humanas, que dão sentido à realidade extralinguística. Entretanto, pelos pressupostos dessa visão, a construção de referentes não se dá mais como mero processo de apontar para o mundo, mas a realidade se constrói pelo modo como nos relacionamos via linguagem. Assim, os referentes são tidos, por essa perspectiva, como *objetos-de-discurso*, processo de *referenciação como atividade discursiva* (cf. KOCH, 2004, p. 53).

As próprias categorias que criamos são percepções de cada época, e não meros objetos do mundo, fixos e facilmente localizáveis. Mondada & Dubois (1995; apud KOCH, 2004) consideram a necessidade de situar as categorizações como relacionadas aos objetos sociais, daí a relação com as práticas em que estão inseridos os sujeitos do processo de interação verbal. Nesse sentido, o processo de referenciação levará em conta os objetos que são construídos sociocognitivamente no discurso, não exatamente físicos.

É assim que, ao admitirmos o fenômeno da referenciação como atividade discursiva, devemos assumir um posicionamento não referencialista em relação à linguagem. Como apontam Mondada & Dubois (1995; apud KOCH, 2004), a relação entre os signos e as coisas é sempre uma relação instável, pois que, pelos postulados aqui defendidos, essa relação é não referencialista, não transparente, não objetiva. Conforme concebe Koch (2004):

Em última análise, a língua não existe fora dos sujeitos sociais que a falam e fora dos eventos discursivos nos quais eles intervêm e nos quais mobilizam suas percepções, seus saberes quer de ordem linguística, quer de ordem sociocognitiva, ou seja, seus modelos de mundo. Estes, todavia, não são estáticos, (re)constróem-se tanto sincrônica como diacronicamente, dentro das diversas cenas enunciativas, de modo que, no momento em que se passa da língua ao discurso, torna-se necessário invocar conhecimentos – socialmente compartilhados e discursivamente (re)construídos –, situar-se

dentro das contingências históricas, para que se possa proceder aos encadeamentos discursivos. (p. 56-57)

Dessa forma, podemos perceber que toda e qualquer atividade de construção dos referentes se dá via discurso. É no discurso que criamos os significados para nossas ações no mundo. Assim, não categorizamos o real do modo como ele é (se é que ele é), mas pelas nossas intervenções discursivas, pela percepção cultural que herdamos de nossos pais, avós, de toda uma cultura na qual já nos inserimos, pelas condições histórico-sociais, e, de igual modo, pelas condições de uso da língua que usamos em dado momento. Os referentes, então, não pré-existem à nossa ação sobre o mundo, não preexistem ao discurso. Antes, são construídos pelo discurso, do mesmo modo que constroem a realidade.

Para os propósitos a que se destina este trabalho (de ser uma breve revisão aos estudos da referência / referenciação), gostaríamos de definir três conceitos com que trabalha Koch (2004): *referir*; *remeter*; *retomar*. Referir é, pelos postulados já exaustivamente colocados aqui, uma atividade discursiva de designação, o que não implica um caráter especular entre língua e mundo. Remeter é uma atividade cotextual, um trabalho indexical. Retomar é uma atividade de continuidade referencial (p. 59-60).

Esses processos são dependentes da memória discursiva de cada sujeito, no ato da interação verbal. Mas essa memória discursiva, a memória compartilhada, envolve estratégias do tipo: a) construção / ativação (a introdução referencial<sup>2</sup>); b) reconstrução / reativação; c) desfocalização / desativação. Esses mecanismos de referenciação fazem parte de todo texto, visto serem estratégias de construção / progressão textuais, em que os referentes se constroem na tessitura da superfície textual, mas, sobretudo, nos mecanismos de reconhecimento dos referentes no contexto.

#### **4. Análise de charge: a dimensão discursivo-interacional do processo referencial**

Nossa preocupação será em dar uma visão geral sobre a referência/referenciação em eventos comunicativos, como os textos. Para tanto, utilizaremos 1 (uma) charge, disponível na *Sociologia da depressão*, um perfil no Facebook criado para a publicação de tiras e charges relacionadas a questões sociais.

A internet se tornou veículo de extrema importância na nossa era, de modo que as interações e os jogos de sentido se dão via gêneros textuais digitais. Originalmente, a charge se encontra no site Inkcinct Cartoons, mais precisamente <http://www.inkcinct.com.au/web-pages/cartoons/past/2008/2008-670--Communism-Capitalism-pragmatism.gif>.

Decidimos, para os propósitos deste trabalho, analisar o fenômeno referido sob o ponto de vista das estratégias utilizadas no fenômeno da referenciação.

---

<sup>2</sup> Temos consciência de que a questão da introdução referencial é matéria ainda muito divergente nos Estudos do Texto, mas, para os propósitos aqui de um breve trabalho ensaístico, tomemos a consideração feita em Koch (2004).



<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=337325489635783&set=a.310566205645045.79483.310559118979087&type=3&theater>

Análise da charge.

A referência, tida sob o ponto de vista clássico, ocupar-se-ia, fundamentalmente, de olhar para cada referente como coisa do mundo, como um aspecto do social facilmente identificável. Entretanto, ao lermos a charge, percebemos que há uma reativação de alguns referentes na memória discursiva do leitor.

Os referentes postos em cena não apenas recuperam objetos do mundo, mas eles são objetos-de-discurso, responsáveis pela chave de interpretação discursiva que se desenrola ao longo da charge.

Ao olharmos com atenção, percebemos que se trata de um cemitério em que estão enterrados alguns “sistemas de produção” ou “formas de pensamento”. Essas entidades são tomadas como o feudalismo, o imperialismo, o socialismo, o nazismo, o comunismo e o capitalismo. O coveiro veste a farda do pragmatismo, que é uma corrente filosófica, com expoentes em Williams James e Charles Peirce.

Segundo Marcondes (2000), por exemplo, Peirce foi responsável pelas bases da semiótica, pelo estudo dos signos,

mas também pela definição de verdade que defende em sua concepção de ciência, segundo a qual as teorias científicas são conjuntos de hipóteses cuja validade só pode ser determinada levando-se em conta sua eficácia e seu sucesso, ou seja, seus resultados, efeitos e conseqüências, portanto, a prática científica propriamente dita. (p. 39).

Pela análise da charge, podemos notar que o coveiro “Pragmatismo” esteve presente, de certo modo, no sepultamento de cada uma das entidades, não com o nome e os ressignificados de hoje, mas pela forma de questionar sobre a verdade dos entes mortos.

Mas, como todo *jogo de linguagem* (WITTGENSTEIN, 1975) inserido numa situação de uso, o termo *pragmatismo* também remete a “Consideração das coisas de um ponto de vista prático”, como encontramos na página do *Michaelis* online<sup>3</sup>. Ser pragmático teria o sentido do ser prático, a fim de se resolverem questões práticas. A razão, durante muito tempo, tornou-se o “dispositivo” por meio do qual o homem c(h)egaria à Verdade, numa

<sup>3</sup> MICHAELIS UOL. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=pragmatismo>. Acesso em: 29 ago. 2012.

espécie de conhecimento último das coisas. Ser pragmático, em termos políticos, é saber lidar com as regras do *jogo*, articular decisões, de modo prático.

Ainda na definição, o *Michaelis* coloca o termo “pragmatismo” como “filosofia utilitária”. Nesse sentido, teríamos a mesma conotação de uso prático, de caráter prático de uma ação. Na política, a ação deve ser pensada de um modo ágil, por meio do qual embates ideológicos se travam, principalmente no tocante a opiniões divergentes. Verdades se embatem, a todo momento, em nossa sociedade. O que pode medir, de fato, quão “articulador” é um político é o caráter pragmático, ou seja, prático no que concerne a seus atos na esfera pública.

No *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), encontramos, no verbete de *pragmatismo*, o sentido de “consideração das coisas de um ponto de vista pragmático”, ou seja, “1 que contém considerações de ordem prática; prático, realista, objetivo <resolução p.>; 2 voltado para objetivos práticos; realista, objetivo <política p.>” (HOUAISS, 2009, p. 1535). Essas duas concepções envolvem o caráter de “termos práticos”, como o que temos usado, por exemplo, em contextos da política.

De certo modo, poderíamos relacionar ao pragmatismo a característica de “objetividade”, que se refere ao ser objetivo, “4 caráter daquele que age rápido, que não perde tempo em lucubrações.” (HOUAISS, 2009, p. 1371). Nesse sentido, o pragmatismo se relacionaria a ações que devem ser tomadas de modo rápido, que exigem “objetividade” por quem as toma.

Nosso coveiro pragmatismo precisa tomar decisões rápidas, ágeis. É ele o responsável pela articulação de ideias no cemitério de nossa charge, lugar de embate pela hegemonia de sentidos. Ser pragmático, dessa forma, é já organizar a cova para a qual se encaminha o capitalismo, e o pragmatismo metaforizado poderia ser considerado, por essa ótica, “prático”, “realista”, no sentido que aponta Houaiss (2009).

Eis a ambiguidade, o jogo de sentidos do nosso *pragmatismo*, na charge. Ele está presente por ser o articulador de todas as ações que acontecem no cemitério. Como “verdade” tanto do ponto de vista filosófico quanto do ponto de vista político (se é que podemos falar de um e de outro; não seria mais adequado falarmos da imbricação de um no outro?), poderíamos dizer que nosso coveiro encontra-se no campo metafórico das escolhas.

Ao optarmos por uma visão, estamos nos comprometendo do ponto de vista político-filosófico, mas também do ponto de vista ético. É nesse sentido que as escolhas que faz o Pragmatismo na charge são articulações da “verdade”, do uso prático, ele tem a função de articular discursos, como metáfora da vida política. Como metáfora da corrente filosófica, o Pragmatismo da charge alavanca a negociação com os discursos dados, trazendo à baila os referentes da memória discursiva de cada leitor.

Entretanto, cada objeto-de-discurso sepultado na charge faz referência a uma dada cultura, e está ligada a ela. A França, por exemplo, só deixou de ser efetivamente feudal após as revoluções que caracterizaram sua história no final do século XVIII e na primeira metade do século XIX.

Muito menos o socialismo ou o comunismo ou o imperialismo estão mortos. Eles estão espalhados nos embates dialógico-ideológicos que se travam na cultura, e, dessa forma, atuam no jogo de forças antagônicas que confluem pela hegemonia de sentidos. O comunismo e o socialismo adquiriram formas particulares de atuação, de sentido, que o diga a China atual. No tocante ao imperialismo, não só não está morto, como também sobrepuja os discursos na luta pela hegemonia de sentido, pela hegemonia da verdade.

Quanto ao nazismo, também sabemos que se dá sob novas facetas, como os movimentos de neonazistas, que, segundo o geógrafo Eduardo de Freitas, “começaram a integrar torcidas organizadas de futebol com o objetivo de propagar o ódio racial, passando a praticar atos preconceituosos, como ofensas e agressões a jogadores e torcedores negros.”<sup>4</sup>

À época da charge – 2008 – estávamos em plena crise do capitalismo, quando do modelo de falência dos Estados Unidos, símbolo do capitalismo do século XX. O pragmatismo veio enterrando, durante os séculos, os “sujeitos da verdade”, desde a Idade Média. As lutas pela hegemonia de sentido, sob um olhar pragmático, consolidaram verdades, enterraram outras. O coveiro, agora, anuncia a chegada de mais um corpo ao cemitério, o corpo do capitalismo. Seria um fim, de fato, anunciado? Teria sido o questionamento da verdade em momentos anteriores da História os responsáveis pelo enterro (temporário?) dos objetos-de-discurso na charge representados?

As estratégias discursivas de referenciação que encontramos, em Koch (2004), são a ativação, a reativação e a desfocalização. De modo diferente, os objetos-de-discurso em questão, representados na charge, atuam como uma coexistência, eles são ativados na nossa memória discursiva, são “objetos” do mundo imaterial introduzidos no discurso e contribuem, de igual modo, para construir o próprio discurso.

No entanto, a reativação, aqui, se dá mais bruscamente diferente do que Koch (2004) deixa ver. A reativação se daria, segundo a autora, pelas formas pelas quais o referente textual fosse retomado pelo uso de pronomes, expressões nominais definidas ou indefinidas. Em nossa análise, não teríamos essa reativação, visto não haver, por exemplo, uma expressão nominal que recupere qualquer um dos referentes. A reativação, aqui, dá-se bem mais no nível do abstrato, à medida que vamos (re)construindo os discursos e todas as referenciações ao longo da história para cada discurso ali representado.

Nossa reativação se dá pelo embate que está em nosso conhecimento enciclopédico, ao resgatarmos o valor ideológico de cada símbolo. Dessa forma, não estamos considerando, aqui, a mera reativação apenas no contexto, naquilo que muitos linguistas chamam de materialidade linguística. Consideramos bem mais a história de cada referente representado na charge para reativarmos, em nossa mente, numa cadeia dialógica, não somente as expressões que porventura estivessem presentes na “superfície” do texto, mas também, as que travam o embate com os outros referentes, responsivamente em relação aos outros referentes.

Koch (2004) comenta sobre a desfocalização ou desativação referencial quando um objeto é retirado de foco, e outro ocupa sua posição focal. Entretanto, pela análise, o que podemos notar é que, em nenhum momento, há, de fato, tal desfocalização na charge apresentada. Os discursos pedem resposta, são responsivos, no sentido bakhtiniano do termo. Seu caráter de verdade luta, a todo instante, com outras verdades, inclusive com a verdade do pragmatismo, único responsável pelo sepultamento.

Porém, cada “entidade” daquela é responsável pelo jogo de sobrevivência ideológica, pois o que pode morrer é algo sobremaneira desgastado pelo tempo, mas não morre a memória discursiva do usuário da linguagem, aquele que será responsável pela sobrevivência do discurso.

## 5. Conclusão

---

<sup>4</sup> FREITAS, Eduardo de. Brasil Escola. In: <http://www.brasilecola.com/geografia/os-neonazistas.htm>. Acesso em: 27 ago. 2012.



Neste trabalho, intentamos um breve percurso nos caminhos da referência. Primeiro, vimos que estudar a referência, em princípio, era uma proposta de dentro da filosofia, que a explicava na sua relação de mente / mundo. A linguagem, nessa visão, tem um papel de instrumento, de intermediário. Se não existisse a linguagem, essa coisa tão “imperfeita”, tomando as palavras de Rajagopalan (2003), o mundo se revelaria à mente, como que epifanicamente.

Depois das viradas linguística, a referência passou a ser estudada em seu aspecto linguístico. A linguagem serviria para descrever um estado de coisas do mundo, que seria governado por leis lógicas. Na consideração da frase extensional, dos sentidos que levariam até a referência no mundo, temos ainda o desejo inconferido de transparência, conceito até hoje ainda muito caro aos cientistas, aos pesquisadores, a nós comuns, pois poderíamos ser levados a crer que há realmente um mundo tal e qual nós dizemos, tal e qual nós o representamos.

Em meados dos anos de 1960, dentro do que se convencionou chamar de Linguística Textual, há um foco crescente para os estudos do texto. Num primeiro momento, para a frase dentro do texto, ou melhor, para a relação referencial (co-referencial) entre frases, o que se chamou como análise interfrástica ou transfrástica. Já nos anos 1970, o enfoque agora é para a competência textual do usuário da língua, sua capacidade de interpretar um texto, atribuir-lhe um título, resumi-lo, parafraseá-lo.

Hoje, sabemos que o processo referencial é bem mais que apontar. Trata-se de uma atividade discursiva de construção de sentido dentro do texto. Os referentes, do ponto de vista clássico, não são mais meramente entidades facilmente localizáveis no mundo por meio de um rótulo, mas são construídos de nossas percepções ao longo da história, pela interação verbal com outros sujeitos, num processo dialógico de agência, nas práticas sociais em que estamos inseridos.

A análise da charge é um exemplo que pode nos levar a variadas interpretações. Por isso, consideramos que a referência não é fixa, mas se sustenta nas relações de sentido expressas de forma prática. O uso do termo “pragmatismo” encontra-se enxertado das relações de luta hegemônica de sentido com os demais referentes representados na charge. Esse sentido emerge das relações entre o linguístico, o cognitivo e o social.

Cada construção referencial é um diálogo com os discursos que se embatem no fio dialógico da cadeia de interações históricas em que se imbricaram os discursos ao longo dos tempos. Mas não nos podemos esquecer do caráter ético-político de nossos *jogo referenciais*. Nos Estudos do Texto, a referência deixa de ter o caráter meramente extensional que tinha para a semântica formal. Passamos, dessa forma a enxergar o processo como referenciação, como construção discursiva de referentes.

Dessa forma, ver a referência / referenciação como algo em movimento é enxergar um novo horizonte. É ver como o sujeito participa do processo verbal. É uma forma de encarmos a própria linguagem como modo de vida, como nossa primeira forma de vida, no dizer de Wittgenstein (1975). Assim, é ver que nada é preexistente à própria linguagem, e que somos quem somos por meio de todo processo de construção discursiva, dentro das mais variadas práticas sociais; enfim, em nós mesmos, naquilo que de discurso é construído / construímos, sobre quem somos.

## Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BENTES, A. C. Linguística Textual. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (orgs.) *Introdução à linguística textual 1*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 245-285.
- BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser, ou a fabricação da realidade*. 9 ed. São Paulo, Cultrix, 2003.
- KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CAVALCANTE, M. M. *Expressões referenciais: uma proposta classificatória*. In: Cadernos Linguísticos, n° 44, 2003, p. 105-118.
- FREITAS, Eduardo de. Os neonazistas. In: *Brasil Escola*. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/geografia/os-neonazistas.htm>. Acesso em: 27 ago. 2012.
- HOUAISS, A. VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. S/C Ltda. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MARCONDES, D. Desfazendo mitos sobre a pragmática. In: *ALCEU*. v. I n. I. p. 38-46. jul/dez (2000). Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=40&sid=13>. Acesso: 29 ago. 2012.
- MARCUSCHI, L. A. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. In: *Cognição, linguagem e práticas interacionais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007a, p. 82-103.
- MICHAELIS UOL. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=pragmatismo>. Acesso em: 29 ago. 2012.
- MOSCOVICI, S. O fenômeno das representações sociais. In: *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Traduzido por Pedrinho A. Guareschi. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 29-42.
- RAJAGOPALAN, K. Linguística e a política de representação. In: *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003, p. 29-36.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Coleção Os Pensadores. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1975.